

TRAJETÓRIA HISTÓRICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

HISTORICAL TRAJECTORY ON DISABLED PEOPLE AND LEARNING DIFFICULTIES: THE CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY

Sueli Marques Ferraz **1**

Eli da Silva Duarte **2**

Maria Eduarda Pereira dos Santos **3**

Aline Soares Oliveira **4**

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma análise fundamentada na problemática das crianças com dificuldades de aprendizagem e com deficiências, especificamente com deficiências intelectuais. Desse modo, visa explicar acerca das contribuições da psicologia como instrumento para intervenções possíveis diante de demandas como esta, mas levando em consideração suas alterações conforme o contexto e os sujeitos envolvidos no processo. Ao longo de décadas a deficiência começou a ser vista como uma questão de ordem médica, deixando de ser uma problemática do campo da teologia, ganhando força na concepção científica. A Psicologia atuando juntamente com a perspectiva da inclusão deve-se direcionar para um posicionamento humano-ético-político, partindo de uma prática crítica e reflexiva, atuando conjunta tanto com os alunos como com seus professores, em níveis tanto macrossociais como microssociais perpassando o individual.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Humanização. Educação.

Abstract: This article aims to perform an analysis based on the problem of children with learning disabilities and disabilities, specifically with intellectual disabilities. Thus, it aims to explain about the contributions of psychology as an instrument for possible interventions in the face of demands such as this one, but taking into account their changes according to the context and the subjects involved in the process. Over decades, disability began to be seen as a medical issue, no longer a problem in the field of theology, gaining strength in the scientific conception. Psychology acting together with the perspective of inclusion should be directed towards a human-ethical-political position, starting from a critical and reflexive practice, acting together with both students and their teachers, in both macrosocial, the microsocial running through the individual.

Keywords: School inclusion. Humanization. Education.

Discente de Psicologia, Faculdade Católica Dom Orione Lattes: **1**
<http://lattes.cnpq.br/0120061391073823>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3635-5412>. E-mail: suhistoriapsico@gmail.com

Professor de História, Mestrando na Universidade Federal do Tocantins, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2739420836297341>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6819-0969>. E-mail: eliduarte.tvvia@gmail.com **2**

Discente de Psicologia, Faculdade Católica Dom Orione. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1741189327508691>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7898-5642>. E-mail: mariaeduardapsicolo@gmail.com **3**

Discente de Psicologia, Faculdade Católica Dom Orione. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0476953574922607>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5704-6312>. E-mail: line.s.o1996@gmail.com **4**

Introdução

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise calcada na problemática das crianças com dificuldades de aprendizagem e com deficiências, em especial as deficiências intelectuais. Além disso, tem como foco também explanar acerca das contribuições da psicologia como instrumento para melhor atender este público através de seus pressupostos teóricos e epistemológicos, com a finalidade de enfatizar uma educação que priorize as particularidades de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pautada, portanto, numa prática mais humanizada. O processo educacional escolar exerce uma larga função social, que é a de transformação social, tendo como objetivo a colaboração para com o desenvolvimento saudável dos envolvidos, a fim de uma melhor saúde mental.

Desse modo, pode-se afirmar que às questões aqui levantadas foram conseqüentes de uma longa e árdua investigação bibliográfica sobre a temática já anteriormente mencionada, qual seja, o tratamento dispensado às pessoas com dificuldades na aprendizagem durante os períodos históricos da humanidade, como propósito de encontrar registros de algum tipo de prática de educação especial nos distintos períodos da história. A investigação partiu da problemática: que tipo de atendimento às pessoas com problemas intelectuais, dificuldade de aprendizagem, déficits cognitivos recebiam nos diferentes períodos históricos?

Neste artigo, colocou-se em pauta a discussão sobre o processo histórico e as contribuições da psicologia dentro do contexto da educação inclusiva, como instrumento de mediação e intervenção para promover a garantia do direito à igualdade das pessoas com deficiência intelectual ou dificuldades de aprendizagem.

Análise Histórica e Cultural do Tratamento à Pessoa com Deficiências

A partir de uma pesquisa realizada na Europa e nos Estados Unidos pelos estudiosos Kirk Russel, JJ, Gallagher, R.K, Sasaki e Enicéia Gonçalves Mendes que se interessaram por esse tema, e apontaram como resultado de que os estudos nesse campo devem ser melhor compreendidos se esquematizados em quatro estágios, sendo o primeiro estágio iniciando na era pré-cristã, momento em que as pessoas com necessidades especiais/deficiência eram negligenciadas, não existia nem um tipo de atendimento, os mesmos eram abandonados, excluídos devidos suas condições e eram perseguidos, as práticas de negligência com essas pessoas eram consideradas pela sociedade desse período como legítimas (RICARDO; LIMA; SIMONE, 2009).

De acordo os autores, o segundo estágio entende-se ao século XVIII e meados do século XIX, neste período apresenta-se um novo modo de exclusão com a construção de moradias, que tinha por objetivo recolher essas pessoas do convívio social com o discurso de que estavam protegendo-os. Na idade média os deficientes intelectuais/mentais, eram vistos como pessoas que eram possuídos pelos demônios e deste modo não podiam ficar nessas apartações. Enquanto as pessoas que possuíam outros tipos de deficiência eram vistas como pessoas que tinham dons e poderes especiais.

O terceiro estágio vai do final do século XIX em meados do século XX, e ficou marcado pelo desenvolvimento das escolas especiais, que objetivava oferecer às pessoas deficientes uma educação separada das outras pessoas. O quarto estágio se dá ao final do século XX, este período se caracteriza pelos movimentos que buscavam a integração social das pessoas com deficiência, tinham como propósito inserir esses sujeitos nos ambientes escolares, com o intuito de ofertá-los uma educação mais próxima da que era oferecida nas escolas regulares.

Os autores ressaltam que na segunda metade do século XX, o movimento dos educadores, pais e grupos da defesa dos direitos humanos, deu início a sua construção em nível internacional. Destaca-se ainda a Conferência Mundial de Educação Para Todos na Tailândia e a Declaração de Salamanca como sendo dois importantes eventos a favor da Educação Especial deste período.

De acordo Pessotti (1984) podem ser encontrados nos registros datado de 427-399 a. C, deixados por Platão como também nos registros deixados por Aristóteles datados de 384-322 a. C. que apontam na antiguidade o comportamento de abandono e até mesmo a morte das pessoas deficientes, práticas aceitas pela sociedade da época que primava pela defesa do equilíbrio e da

organização política.

As pessoas com problemas mentais em particular não exerciam nenhum poder político e não eram capazes de se responsabilizar pela sua própria subsistência, deste modo as práticas acima citadas eram permitidas por considerar que essas pessoas não atendiam os padrões estéticos de normalidade exigido para atender a organização sociocultural e política da sociedade desse período histórico.

Diversas foram as interpretações sobre os deficientes durante todos os períodos da evolução da humanidade. Historicamente podemos observar a diferença de tratamento às pessoas deficientes, na antiguidade, por exemplo, até o ano de 1700, havia uma variação no entendimento sobre o deficiente mental, em alguns momentos eram vistos como demônios em outros momentos como possuidores de dons, poderes e revelações divinas.

Devido às diferentes interpretações os sentimentos eram diversos, uns tinham medo outra rejeição, respeito, admiração entre outros conceitos. No entanto não existia nenhum tipo de interesse da sociedade em desenvolver qualquer tipo de serviço que atendesse a esses indivíduos, por serem considerados incapazes. Porém, Mazzotta (2011) ressalta que nesta época quando acontecia os serviços que prestavam cuidados e amparo aos deficientes eram feitos por religiosos em locais como os mosteiros e os atendimentos eram apenas assistencialistas.

Pessotti (1984) observa que mesmo a Igreja sendo um local de amparo e cuidados nesta época, por conta das ideias cristãs, surgiu-se a concepção de que as pessoas deficientes possuíam alma. Desta maneira passaram a ter responsabilidades no que se refere a ética e a moral, aspectos que caracterizava um cristão neste período, o que levou a ideia de que as deficiências eram punição divina devido a pessoa ou seus antepassados terem cometido algum pecado, tais pensamentos influenciaram na maneira de tratamento dos deficientes. O cristianismo segundo o autor marcou o conflito entre a caridade e a punição, no qual a segregação é tida como maneira de cuidar das pessoas deficientes, que ficavam distantes dos olhos da sociedade e recebiam cuidados dos religiosos em mosteiros e instituições.

Ao longo de décadas a deficiência começou a ser vista como uma questão de ordem médica, deixando de ser uma problemática do campo da teologia, ganhando força na concepção científica. No período datado de 1700 a 1860, em que predominou o humanismo renascentista, onde valorizava as pessoas como seres humanos em direitos de oportunidades no desenvolvimento máximo de suas potencialidades. Pensamentos que influenciaram nas transformações referente às pessoas com deficiência, nesta época era defendido a igualdade de direitos e os deficientes eram contemplados com essa ideia de igualdade, passou-se a desenvolver ações que visava da assistência a esse público mesmo que timidamente.

Durante um longo período a deficiência intelectual, era conceituada como uma doença mental cabível de tratamentos. Eram denominadas de várias terminologias médicas, tanto que os termos utilizados para nomeá-la foram enormemente influenciados pelos conhecimentos e terminologia da medicina. A concepção sobre esta deficiência evoluiu com o passar do tempo, mudando as terminologias e os conceitos tais Como: oligofrenia, retardo mental, atraso mental, deficiência mental entre outras. No entanto, a terminologia de Deficiência Intelectual (OMS, 2004).

[...] 1º, pessoas com deficiência incluem aquelas que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais que, em interação com várias barreiras, podem ter impedida sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros (Resende, & Vital, 2008).

Neste sentido, observa-se que são elaboradas estratégias e ações para que as pessoas com deficiência intelectual possam ter direitos a inclusão social. Um novo paradigma surge a partir das novas perspectivas de vida das pessoas com deficiência intelectual. A população de maneira geral está vivendo mais, este mesmo fenômeno também englobam as pessoas deficientes intelectuais. O desafio é dispor de recursos e estruturas adequadas dirigidas à qualidade de vida e saúde dessas pessoas.

Situando a Educação Especial e a Educação Inclusiva no Cenário Brasileiro

Comumente educação inclusiva e a sua ótica voltam-se para a valorização do conceito de - inclusão social -, em regra, esta perspectiva visa abordar uma prática voltada para a igualdade diante de todos, assim como suprimir a intolerância seja de quais forem os indivíduos, a saber, aqueles com deficiências ou não, como os excluídos da sociedade seja por raça, etnia, gênero, classe social e etc. É também uma questão de Direitos Humanos, uma vez que nenhum ser humano pode ser excluído por suas diferenças físicas, intelectuais, econômicas ou quaisquer outro fator. (Fley et al 1995 apud Sánchez 2005, p. 12).

O Brasil tem um contexto social, político e econômico diferenciados dos países europeus ou do Estados Unidos, por ser um país jovem, colonizado e explorado por Portugal. Historicamente registra-se que até 1808, havia poucas formas de comércio, ou mesmo, de produção agrícola no Brasil. Nesse sentido, a organização política, social e econômica desenvolveu-se tardiamente, e estava sempre em atraso se comparados aos países europeus, colonizadores. Deste modo contextualizando a exclusão e os atendimentos a pessoas com deficiência na sociedade brasileira dentro desta conjuntura, descreveremos os paradigmas defendidos em cada momento histórico.

É importante destacar que a sociedade não é regulada apenas pela política, mas também por uma organização econômica. Tratando dos processos de exclusão, analisaremos o modelo econômico capitalista, levando em consideração que o Brasil não passou pelo sistema econômico mercantilista. O Brasil como nação, fica mais explícita a partir da constituição brasileira de 1824, em que se torna mais independente das metrópoles europeias. No então denominado período do Brasil Império, momento em que a sociedade era dominada pelo poderio econômico português, que utilizava a mão de obra brasileira por um baixo custo e vendia para a população, produtos industrializados na Europa por preço altíssimo.

No contexto em que o Brasil começa a se organizar como nação independente, os direitos individuais são legalizados e reconhecidos. Assim a exclusão também começa se delinear e surgem as necessidades de Leis que garante a igualdade de direitos para todos seres humanos. A única forma que o Estado tem de garantir, mesmo que no plano ideológico, direitos às minorias exploradas e marginalizadas da sociedade brasileira é instituído as determinações legais. Afinal, o país assume o caráter de um estado democrático que defende os direitos de todos, independentemente de classe social, diferenças raciais e étnicas e de credo, zelando por esses direitos.

As questões de direitos individuais na trajetória histórica brasileira são recheadas de avanços e retrocessos, constituições foram rasgadas e pode se dizer que a história da nação é feita de períodos, e a democracia por vários momentos foram reprimidas. No entanto a Constituição de 1988, a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito cujos fundamentos são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa e o pluralismo político Constituição Brasileira (1988).

A Carta Magna estabelece que os objetivos da República Federativa do Brasil, é construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Além disso, essa mesma Carta estabelece que:

“[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

No entanto, é importante ressaltar que a realidade social está muitas vezes longe das determinações das Leis. Percebe-se que a sociedade passa por processos de modificações, novos pensamentos, uma necessidade nacional de cumprir as determinações da Constituição, uma luta pela igualdade de direitos, e a inclusão do deficiente como cidadão digno e participante da construção da sua própria história faz parte desse novo pensamento nacional. Os pesquisadores classificam o atendimento a pessoas deficientes como paradigmas, e a história da educação inclusiva no Brasil passa por três. Paradigma é um conjunto de ideias, valores e ações que se contextualizam

as relações sociais. (ARANHA, 2005).

Os três paradigmas que compõem o processo da educação especial no Brasil são: O Paradigma da Institucionalização, o Paradigma de Serviços e o Paradigma de Suportes. Todos eles vieram seguidos por medidas legais e por uma visão da deficiência marcada e evidenciada pela percepção que a sociedade teve desta e dos serviços oferecidos às pessoas nessas condições.

De acordo com Aranha (2005), o Paradigma da Institucionalização caracterizou-se, pela retirada das pessoas com deficiência do convívio social, inserindo-as em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais situadas em localidades distantes da sociedade. A partir das décadas de 1960 e 1970, há um movimento para tirar as pessoas com deficiências das instituições, já que a possibilidade de terem o convívio social com seus pares tornava-se restrita. Essa mudança de paradigma vem marcada por modificações legais ocorridas por meio da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (LDB 4.024/61), e também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, acrescida da criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), em 1973.

Neste contexto social há uma mudança de paradigma do institucional para o paradigma de serviço. No Paradigma de Serviço, tinha o objetivo de preparar as pessoas com deficiência, garantindo o direito de conviver com a comunidade e possuir bens materiais. A integração ocorre de forma progressiva, gerenciado pelas instâncias administrativas que coordena o sistema regular e o sistema de ensino da Educação Especial. Este Paradigma foi bastante criticado e formou-se um movimento na área da Educação Especial que culminou como Paradigma do suporte. Aranha (2004) ressalta que a inclusão não aconteceu pontualmente, mas foi o resultado de um processo econômico, político e social que envolveu os assuntos educacionais e que não pode ser entendido sem considerar a conjuntura na qual são criadas suas fundamentações. No contexto atual, acredita-se que os Paradigmas coexistem, um não anula o outro na construção do processo de inclusão.

Baseado no conceito de inclusão como ponto de partida para melhor compreender o processo de incluir o aluno com dificuldades de aprendizagem, como o papel da escola e também a contribuição da psicologia para a efetivação da inclusão aconteça de acordo o que é proposto a seguir:

O objetivo da educação inclusiva (inclusão) é “incluir as crianças deficientes no ensino regular [e] romper com preconceitos e estereótipos que envolvem a exclusão escolar de crianças com algum tipo de deficiência” (EDUCAÇÃO..., 2000).

Devido às diversas movimentações nacionais e internacionais sobre o processo de incluir as pessoas com deficiência foi criada leis que determinaram a inclusão escolar, mesmo havendo resistências por parte de alguns. Um fato histórico determinante para garantir a inclusão foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro, consolidado na Constituição Federal de 1988. A Declaração de Salamanca, tem uma linha de ação sobre as Necessidades Educacionais Especiais, que objetiva uma ação política das organizações não governamentais como também dos governos dos países.

No Brasil estas ações influenciaram significativamente as concepções de educação do papel da escola pública nas sociedades contemporâneas. No cenário educacional brasileiro, a LDB nº 9.394/96, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/SEB nº 02/01) seguiu as orientações e princípios da Declaração de Salamanca.

Dentro deste contexto observa-se que na atualidade as políticas educacionais defendem a Inclusão, no qual o sujeito com deficiência deve ser incluído no meio social sem levar em consideração sua condição de deficiência, mas que em muitos casos não sai da teoria. Apenas uma sociedade democrática que respeite a diversidade e reconheça e respeite a diversidade pode atingir a igualdade almejada. Este caminho deve ser compactado com adaptações que de suportes necessários para que todos possa ter acesso a vida em sociedade. A comunidade deve se adaptar ao sujeito deficiente e não o contrário.

No entanto, deve-se ressaltar que existe a distinção entre deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem. Na qual devem ser tratadas de forma estrategicamente diferentes

pois compreende-se que ambos são fenômenos distintos dentro da aquisição de conhecimento já que as deficiências intelectuais referem-se ao contexto do desenvolvimento humano, enquanto que as dificuldades estão relacionadas aos aspectos internos e externos do modo de vida da criança. Assim se faz necessário um diagnóstico cuidadoso e minucioso para que seja ofertado de forma adequada promovendo uma educação inclusiva e de qualidade.

Dificuldades de aprendizagem e Transtornos de Aprendizagem: Suas Dessemelhanças

O estudo das Dificuldades de Aprendizagem (DA) tivera início com o Psicólogo Samuel Kirk no ano de 1963, cujo sofreu inúmeras influências dos pais de crianças que apresentavam esse quadro acadêmico, o termo supramencionado é de origem inglesa, que significa learning disability. Ele junto com os pais de tais crianças formou a Associação de Crianças com Dificuldades de Aprendizagem. Nessa perspectiva, o supracitado passou a utilizar-se da conceituação que define as Dificuldades de Aprendizagem enquanto sendo uma forma de lentidão da aquisição e execução do que diz respeito a leitura, linguagem, fala, grafia e problemas matemáticos. (GARCIA, 1998).

De acordo Fonseca (1995) Compreende-se que nem toda dificuldade de aprendizagem seja deficiência intelectual. Neste sentido estudos comprovam que o comportamento das crianças na escola, são causadas pelas perspectivas intrínsecas e extrínsecas. Na perspectiva intrínseca podemos destacar dano cerebral, alterações nos processos maturativos, inabilidade psicolinguística, inabilidade no processo de informação.

Tais dificuldades de aprendizagem podem advir de várias causas como, o atraso percepto-motor, dificuldades globais na aprendizagem, alterações nos processos de codificação e decodificação lingüística como a disfasia, dificuldades seletivas, dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia. Na perspectiva extrínseca são destacadas as questões relativas às causas ambientais, pedagógicas, sentimentais, emocionais, familiares, baixa autoestima, essas são consideradas por Ohlweiler (2016) como dificuldades de percurso, as quais podem ser resolvidas por meio de acompanhamento e modificações de estratégias e planejamentos.

Nesse sentido, é necessário que haja uma diferenciação do que diz respeito às Dificuldades de Aprendizagem (DA) e os Transtornos de Aprendizagem, a primeira apesar de englobar em grande parte a mesma terminologia para denominar tais dificuldades que a segunda, refere-se a fatores que estão mais ligados ao meio externo dos indivíduos, ou seja, pode ser provocada por questões ambientais. Ex.: ambiente escolar, ambiente domiciliar que não são favoráveis. (COELHO, 2013).

Por outro lado, os Transtornos de Aprendizagem estão mais ligadas às questões internas/biológicas do sujeito que envolvem questões do neurodesenvolvimento da criança, com pouca resposta a intervenções, apesar de se agravar conforme o meio em que o sujeito está inserido, algum desses transtornos podem ser denominadas de Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Disortografia. E frequentemente podem estar ligadas com outras comorbidades, tal qual como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. (COELHO, 2013).

Ressaltamos que as dificuldades de aprendizagem consideradas como primárias são referentes aos transtornos específicos das habilidades de aprendizagem como por exemplo a disgrafia, dislalia e a dislexia entre outras, são deficiências relacionadas a formação estrutural do sistema neurológico, no entanto tais deficiências estão relacionadas com o fracasso escolar, e não a deficiência intelectual. Nestes casos a intervenção assertiva nas estratégias de ensino podem mediar o processo de aprendizagem Grunspun (1999). No entanto dentro do campo da educação os profissionais deparam em seu cotidiano profissional com as dificuldades secundárias de aprendizagem, problemática que interfere no processo de aprendizagem, estes esta relacionados aos transtornos de aspectos múltiplos.

No contexto referente às dificuldades secundárias pode-se encontrar em manuais que os classificam por sintomas e comportamentos, que ajudam no diagnóstico e identificação dos transtornos como é o caso do DSM-V e do CID-10. Mojen (2004) apresenta o conceito de transtorno como a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente comprobatórios associados a sofrimentos e interferências nas funções pessoais. Como exemplo desses transtornos pode-se citar o Transtorno de Hiperatividade e Desatenção (TDAH), o Transtorno

de Oposição Desafiante (T.O.D), Transtornos Emocionais como pânico, depressão, como também os Transtornos de Espectro Autista (TEA) e os Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD). São considerados como deficiência intelectual de cunho permanente seguindo-se por toda vida do sujeito, e secundariamente afetam a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo.

Contribuições da Psicologia na Perspectiva Inclusiva: Intervenções Possíveis

Inicialmente, a psicologia educacional foi desenvolvida para atuar dentro do manicômios, tornando-se um laboratório de pesquisas comparativas com uma educação normatizada, onde a psicologia foi fortemente criticada, em que suas atividades eram voltadas para o desenvolvimento da aprendizagem infantil, suas experimentações promovia teorias, técnicas e testes psicológico, onde culpabiliza a crianças por suas dificuldades, desconsiderando fatores tais como histórico, social e econômico (MORI, 2016). No decorrer do tempo o campo da psicologia, foi tornando-se mais visível, transfigurando novas discussão, marcado pelos movimentos sociais, constituindo uma nova psicologia.

É válido frisar que, a Psicologia como uma ciência e profissão, pauta-se sempre em uma prática que caminha lado a lado com os Direitos Humanos, uma vez que se desvincula de práticas hegemônicas. Paradoxalmente respeitando as diferenças, mas vendo-os como iguais. É importante e necessário ter sempre esta concepção enquanto profissional da área, sobre os princípios fundamentais:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. (CFP, 2005 p. 8).

Dentro dessas perspectivas a psicologia se constitui no campo da educação buscando colaborar com a permanência das crianças com deficiência intelectual ou dificuldade de aprendizagem nas salas de aulas regulares. O trabalho da psicologia na educação na atualidade vem baseando-se em teorias como a socioHistórica de Lev Vygotsky (1896-1934), psicólogo bielorrusso que realizou vários estudos no campo do desenvolvimento da aprendizagem e do papel predominante das relações sociais no processo, de ensino e aprendizagem. Neste sentido observa-se que a identificação e diagnóstico das causas que influenciam a dificuldade de aprendizagem da criança pode-se criar mecanismos e estratégias pedagógicas para trabalhar as demandas existente no cenário educacional.

É de grande importância que professores, equipe pedagógica e psicólogo tenha conhecimentos aprofundados das teorias criadas por teóricos como Epistemologia Genética de Jean Piaget (1896-1980), psicólogo suíço e importante pesquisador da pedagogia infantil. Este estudioso do campo do desenvolvimento humano promoveu a revolução nos conceitos de inteligência e desenvolvimento cognitivo. Como também as pesquisas realizadas por Henri Paul Hyacinthe Wallon (1879-1962), francês que tinha formação em psicologia, filosofia e era médico e político, teve destaque em seu trabalho científico sobre a Psicologia do Desenvolvimento criador da teoria Psicogenética. Considera-se que os princípios fundamentais da psicologia acima citado norteia o trabalho do psicólogo em conjunto com essas teorias para promover o processo de inclusão do deficiente na sociedade através da educação.

É fundamental que seja realizada uma distinção entre Psicologia da Educação e Psicologia Escolar embora havendo divergências entre autores quanto a essa divisão é válido mencionar, a fim de conhecimento. Conforme alguns estudiosos levando em conta os pressupostos de Barbosa

e Souza (2012) por uma questão de denominação, mas que deve ser ainda mais explanada. Desse modo, pode-se afirmar que a primeira está ligada ao campo de conhecimento, a Psicologia Escolar tem um domínio mais prático, visando, portanto, a aplicação de conteúdos teóricos, ambas aparecem como sinônimos, mas não são a mesma coisa. (MARTINEZ, 2009).

Para um maior aprofundamento sobre esta temática é necessário, portanto, levar em consideração as contribuições levantadas por Antunes (2008) sobre esta temática na qual afirma que, a Psicologia da Educação e suas sub-denominações têm como pressuposto principal estudar os fatores “psicológicas” que atravessam o processo educativo propriamente dito, sendo, desse modo, uma área de conhecimento, que servirá para pensar e pesquisar sobre os processos educacionais não necessariamente presentes nas escolas. A Psicologia Escolar, por outro lado, é considerada um campo profissional dentro da Psicologia como diversas outras, por exemplo, a Psicologia Jurídica, Clínica, Hospitalar que, então, utilizará dos estudos da Psicologia da Educação para produzir suas intervenções e ações dentro de espaços educacionais. Dessa maneira, esta última se restringirá aos enfoques práticos da área.

Diante das questões mencionadas anteriormente, a Psicologia visa trabalhar juntamente com a equipe educacional, família, escola, colegas com objetivo de possibilitar a inclusão direcionando-se para um posicionamento humano-ético-político, oferecendo suporte psicossocial para a comunidade afetada com demandas de dificuldade de aprendizagem e deficiências que causam diversos sofrimentos psicológicos dos envolvidos, partindo de uma prática crítica e reflexiva, atuando de forma conjunta com os alunos e com professores, através de reuniões, sejam elas semanais ou mensais para realização de diálogos entre todos, grupos, Desse modo, diversas intervenções podem ser desenvolvidas, pensadas a partir de uma análise e investigação da realidade institucional e subjetiva da criança. Além disso, podem ser realizadas também um serviço mais tradicional, mesmo que necessário quer ser melhor executada, torna-se na realidade de fundamental importância, alguns desses serviços podem ser: diagnóstico, para que o tratamento seja melhor direcionado, nunca como fator a gerar rótulos, levando, portanto, atendimento mais individualizado ou em forma de grupos terapêuticos. (RAMOS; FONTES; CORDEIRO; JÚNIOR, 2016).

O papel da inclusão é oferecer aos sujeitos suporte para que todos possam ter as mesmas oportunidades. As escolas na, atualidade, apesar dos esforços, não conseguem uma inclusão real conforme é determinado pelas Leis que direcionam as políticas públicas de Inclusão dos deficientes, uma vez que diversos fatores criam obstáculos para que esta possibilidade se tornem concretas. Fatores relacionados com a estrutura física dos espaços, bem com a dimensão humana, já que há impregnado ainda muitas formas preconceituosas direcionadas a estas pessoas. É necessário instigar na comunidade interessada, o desejo de desenvolver o potencial desses alunos como modo de compensação, para que estes sejam percebidos como sujeitos de possibilidades, com a finalidade de proporcionar qualidade de vida autônoma e reconhecimento como cidadão. (GOMEZ; SOUZA, 2011).

Desse modo, é importante que seja ofertado aos profissionais de educação capacitações, para que seja possível trabalhar de maneira profícua com determinado público. Devem ser levados em consideração outros fatores que perpassa no cotidiano desses professores, como os psicológicos diante da demanda da inclusão. É fundamental mencionar a importância do acompanhamento psicológico desses indivíduos envolvidos no processo. Outro fator relevante é a união família com a comunidade escolar para que a inclusão efetiva aconteça, levando em consideração a teoria sócio histórico que defende a influência do meio no desenvolvimento do indivíduo.

É notório que diante das pesquisas realizadas para a construção do vigente artigo, no campo da psicologia, ainda é escassa produções que retratam as intervenções possíveis de serem realizadas tendo como pauta a educação inclusiva com interface entre a Psicologia da Educação e Psicologia Escolar. Essas práticas interventivas, ocorrem nas diversas dimensões do âmbito escolar, desde os aspectos globais, focalizando principalmente no conhecimento total da escola em questão inclusiva, pautando-se no reconhecimento de todos os alunos que possuem Necessidades Educativas Especiais para uma melhor análise das subjetividades de cada um. (ANDRADA; MACEDO; GASPARELLI; CANTON; ROVIDA; CRUZ, 2018).

É evidente que no contexto escolar, em que as demandas tanto de uma criança com deficiência ou dificuldade de aprendizagem se apresenta. É neste cenário que se faz necessário a

presença do profissional de Psicologia que pode, atuar de forma ética e humanitária com o objetivo de mediar questões levantadas. (GOMEZ; SOUZA, 2011).

É claro que não vamos encontrar alguém que defenda a exclusão, a discriminação e a violação dos direitos humanos (a legislação brasileira, inclusive, penaliza quem o faz). Todos são favoráveis à inclusão e à democracia. Porém, o problema é mais complexo do que simplesmente usar palavras de ordem, porque implica questões éticas e epistemológicas: no nosso campo de saber, devemos desenvolver uma reflexão sobre a questão do próprio papel da Psicologia nos processos de produção das identidades e a relação desse fenômeno com o contexto cultural. (VIRGÍNIA, DAZZANI, 2010 p.367).

Nesse sentido, é possível se pensar em formações profissionais para a conscientização de todo o sistema educacional, não somente direcionadas aos professores, mas a toda comunidade escolar e as famílias como também outras camadas populacionais afetadas. Visando a partir de técnicas psicológicas a ampliação da consciência do lugar que esses indivíduos ocupam e focando em estratégias para que todos percebam-se como elementos do processo, uma vez que não é só um fator individual, mas também coletivo. Pensar em inclusão é pensar em um processo multidimensional para que a concepção de sujeito seja melhor compreendida e articulada, é necessária uma equipe multidisciplinar que faça um diagnóstico na demanda dos fracassos escolar. (ANDRADA et al, 2018).

A Psicologia pode, com elementos que possui como bagagem teórica-prática, contribuir para o assessoramento dos psicopedagogos que são conhecidos como “guardiões”, por trabalharem diretamente com essas crianças que possuem dificuldades de aprendizagem e deficiência. O foco primordial do psicólogo é, de fato, auxiliar para a diminuição dos estigmas e discriminações que existem no contexto escolar. Embasado nos parâmetros da psicologia e das diretrizes educacional, desenvolve seu trabalho dando ênfase nos diversos sistemas que o sujeito atravessa na sua inserção ao meio escolar. Contribuindo também para um novo fazer do psicólogo na perspectiva da educação inclusiva. (FREITAS; FARIAS; NEGREIROS, 2018).

O psicólogo escolar, nessa perspectiva, pode intervir como mediador entre a instituição e outros profissionais, assim como com as instituições externas que mantém ligações com a escola, dentre eles o poder público, auxiliando para estratégias que melhorem o processo de ensino-aprendizagem destes alunos. A escola neste sentido necessita de uma equipe multidisciplinar que identifique as reais necessidades e baseiam-se nos teóricos da área da Psicologia da Educação para desenvolver metodologias adequadas que atendam as especificidades de cada aluno. Assim se faz necessário que a equipe tenha conhecimento nas teorias de Vygotsky, Jean Piaget, Henri Wallon e dentre outros que desenvolveram pesquisas relacionada ao fracasso escolar, pautando-se em uma perspectiva mobilizada pelo compromisso social para a transformação da educação brasileira. (ANDRADA et al, 2018).

Considerações Finais

O presente trabalho traz um debate acerca da importância da educação inclusiva, fazendo um apanhado histórico mencionando a discriminação e a exclusão das pessoas com deficiência, apontando períodos históricos que foram marcados por lutas que colaborou com a constituição de Leis que incluem a inserção da pessoa com deficiência na sociedade. O referido tema no século XXI torna-se alvo de debates, criticando assim o método antigo de ensino e classificação estrutural de salas de aulas, onde a mesma tornava-se excludente, não inserindo essas pessoas com as demais. Ressaltando a importância da atuação da psicologia com a educação, dentro deste destaca-se o desenvolvimento infantil, buscando compreender as necessidades de um trabalho mais educativo e humanizador, que possibilita ensinar a pensar, sentir, querer, avaliar e agir.

A metodologia utilizada na construção deste artigo é revisões bibliográficas de obras relacionada às dificuldades de aprendizagem, a deficiência intelectual bem como as teorias de desenvolvimento humano defendida pelos psicólogos Wallon, Piaget e Vygotsky. Entende-se que

os educadores precisam de métodos pedagógicos humanizador, nas leis gerais do desenvolvimento, buscando entender a importância das singularidades no desenvolvimento psicológico das crianças com deficiência. É importante destacar que a equipe pedagógica ainda tem dificuldade de lidar com os alunos com dificuldades de aprendizagem, encontram barreiras na procura por profissionais de outras áreas que possam recorrer para auxiliá-los na inclusão destas crianças. A junção do psicólogo com educador pode constituir uma educação mais inclusiva, possibilitando a transformação das práticas pedagógica com o aluno. A nova perspectiva visa compreender as nuances do seu aprendizado e indicar os recursos necessários para a efetivação do processo de inclusão.

Portanto, observa-se que desde a antiguidade existiram pensamentos diversos sobre as pessoas com deficiências, as práticas de extermínios, exclusão e segregação predominaram por um longo período, as cristalizações destas práticas culminaram nas dificuldades no processo de inclusão dos deficientes na sociedade. A inclusão mesmo que de maneira ainda superficial como vem ocorrendo é notável seus pontos positivos e o grande avanço no que se refere aos trabalhos desenvolvidos com a contribuição da psicologia que tem promovido estudos relevantes dentro do contexto da inclusão.

Referências

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas**. Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.12 no.2 Campinas Dec. 2008 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020. Acessos em 29 jul. 2019.

ANDRADA, Paula Costa de et al. **Possibilidades de intervenção do psicólogo escolar na educação inclusiva. Gerais, Rev. Interinst. Psicol.** Belo Horizonte , v. 11, n. 1, p. 123-141, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202018000100010&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 27 jul. 2019.

ARANHA, M. S. F. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. A Fundamentação Filosófica. v.1**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2004.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 25 de julho de 2019.

BARBOSA, Débora Rosário. SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão**. Psicol. Esc. Educ. vol.16 no.1 Maringá Jan/June 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100018. Acesso em 25 de julho de 2019.

BEZERRA, S.S., & Vieira, M.M.F. **Pessoa com deficiência intelectual: a nova “ralé” das organizações do trabalho**. Revista de Administração de Empresas, 52(2), 232-244. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acessos em 27 jul. 2019.

CARVALHO, C.L., ARDONE, M., & CASTRO, L.R. **Cuidadores Familiares e o Envelhecimento da Pessoa com Deficiência Intelectual: Implicações na prestação de cuidados**. Revista Kairós Gerontologia, 18(3), pp. 333-352. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/viewFile/27470/19438> Acesso em 25 de julho de 2019.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. **Conselho Federal de Psicologia, Brasília**, agosto de 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Acesso em 25 de julho de 2019.

COELHO, D. **Dificuldades de aprendizagem específicas: Dislexia, disgrafia, disortografia e Discalculia.** 2013.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica.** *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 30, n. 2, p. 362-375, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 27 jul. 2019.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** Porta Alegre. Artes Médica. 1995.

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. **Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores.** *Rev. bras. educ. espec.*, Bauru, v. 24, n. 3, p. 427-440, set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000300427&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 29 jul. 2019.

GRUNSPUN, H. **Criança e Adolescentes com Transtornos Psicológicos e do Desenvolvimento.** São Paulo: Artmed.1988.

GARCIA, J,N. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem: Linguagem, Leitura e Escrita.** Artmed, 1998.

GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. **Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias.** *Rev. psicopedag.*, São Paulo, v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200009&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 27 jul. 2019.

LEITE, M.T., Hildebrandt. L.M., Massariol, A.M., & Machado, B.B.C. **Concepções de envelhecimento e velhice na voz de universitários.** *Rev. Bras. Pesq. Saúde*, 17(1), 48-55. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200009. Acessos em 27 jul. 2019.

MARTINEZ, Albertina Mitjans. **Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira.** *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 169-177, Junho 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020&lng=en&nrm=iso>. access on 27 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572009000100020>.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos.** *Acta Scientiarum*, Paraná, v. 18, n. 1, p. 169-177, 2016. http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26236/pdf_81 Acesso em 26 de julho de 2019.

MAZZOTTA, M.J.S.(2011) **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer.** *Saúde Soc.* São Paulo, v.20, n.2, p.377-389. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf> Acesso em 26 de julho de 2019.

MOOJEN, S.M.P. **Caracterizando os transtornos de aprendizagem, In, Bassols, A.M.S. et al(Orgs.).** *Saúde Mental na escola.* Porto Alegre. Mediação. 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento.** São Paulo: Edusp, 1993.

OMS/OPS. **Organização Mundial da Saúde. Declaração de Montreal sobre a deficiência intelectual.** Recuperado em 22 agosto, 2014, de: [ww.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml? a=10072](http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=10072), 2004.

OHLWEILER, L. **Introdução aos Transtornos da Aprendizagem**, In, Rotta, H,t. 2016.

PAULO, R. LIMA, L. SIMONE (2009) **Na Antiguidade, na Idade Média, No século XXI e no Brasil**: Disponível em: https://fundamentos_educacao_especial-pedagogia.blogspot.com/2009/10/na-antiguidade-na-idade-media-no-seculo.html Acesso em 26 de julho de 2019.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

RAMOS, F.S. FONTES, A,L,D. CORDEIRO, M,M. JÚNIOR, A, C, S. **O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências**.2016 Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA12_ID3239_20102016213613.pdf acessos em 29 jul. 2019.

SANTOS, J.B. A **“Dialética da Exclusão/Inclusão” na História da Educação de ‘Alunos com Deficiência’ em Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 27-44, jan./jun. 2002.

Recebido em 30 de julho de 2019.

Aceito em 17 de março de 2020.